



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**TERMO DE FOMENTO Nº SETADES/042/2021  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO  
ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA  
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO,  
ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL -  
SETADES E A AAOCA - ASSOCIAÇÃO DE  
APOIO E ORIENTAÇÃO A CRIANÇA E AO  
ADOLESCENTE.**

O **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SETADES**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.252.312/0001-80, com sede na Rua Dr. João Carlos de Souza, 107, Ed. Green Tower, CEP 29.057-530, Barro Vermelho, Vitória/ES, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, neste ato representada por sua Secretária de Estado, a Sra. **CYNTIA FIGUEIRA GRILLO**, portadora da CI nº 1.483.654, órgão expedidor SPTC/ES e inscrita no CPF sob o n.º 087.917.387-41, e a **AAOCA - ASSOCIAÇÃO DE APOIO E ORIENTAÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**, inscrita no CNPJ sob nº. 36.330.033/0001-47, com sede na Rua São Cristovão, nº 12, Vale Encantado, Vila Velha/ES, CEP: 29.113-076, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada pelo Sr. **FAUSTO JOÃO SOARES**, portador da CI nº 693.558, órgão expedidor SSP/ES, e inscrito no CPF sob o nº. 962.184.447-91, resolvem celebrar o presente termo de fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante o processo administrativo nº **2021-W7BZ1** e mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - O presente termo de fomento tem por objeto cooperação técnica e financeira para continuidade do Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes, de 07 a 15 anos, em situação de risco e vulnerabilidade social, por meio da realização de despesas de custeio, visando complementar o trabalho desenvolvido pela instituição.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

**I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL:**

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

- b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;
- e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

**II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas redes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de **R\$ 34.981,37** (trinta e quatro mil novecentos e oitenta e um reais e trinta e sete centavos).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, recursos no valor de R\$ 34.981,37 (trinta e quatro mil novecentos e oitenta e um reais e trinta e sete centavos), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 47.901.08.244.0191.2239, UG 470901, Gestão 47901, conforme discriminação abaixo:

Fonte: 101 ED: 3.3.50.43 - **R\$ 20.000,00**

Fonte: 101 ED: 3.3.50.43 - **R\$ 14.981,37**

**CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;

III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.7 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

**CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS**



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 – O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até **31/10/2022**, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

**7.3 – A execução física do objeto será acompanhada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por intermédio da Subsecretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SUBADES, observado o disposto no artigo 59 da Lei nº 13.019/2014, ficando, desde já, designados por meio do Resumo do Termo de Fomento os gestores e suplentes que exercerão suas atribuições em conformidade com o artigo 61 da Lei 13.019/2014.**

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A Administração pública estadual considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

## CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Vitória - ES,            de                                    de 2021.

**CYNTIA FIGUEIRA GRILLO**

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

**FAUSTO JOÃO SOARES**

Presidente da AAOCA - ASSOCIAÇÃO DE APOIO E ORIENTAÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

## ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**FAUSTO JOÃO SOARES**  
CIDADÃO  
assinado em 03/11/2021 14:14:56 -03:00

**CYNTIA FIGUEIRA GRILLO**  
SECRETARIO DE ESTADO  
SETADES - SETADES - GOVES  
assinado em 03/11/2021 15:26:55 -03:00



### INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 03/11/2021 15:26:55 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por FERNANDA DE SOUZA DOMINGOS (COORDENADOR QCE-05 - GGCONV - SETADES - GOVES)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-BM7GNM>



## PLANO DE TRABALHO

(Artigo 22 da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015)

### 1. DADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nome <b>Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social</b>		CNPJ <b>03.252.312/0001-80</b>
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) <b>Rua Dr. João Carlos de Souza nº 107, Ed. Green Tower</b>		
Bairro <b>Barro Vermelho</b>	Cidade <b>Vitória</b>	Bairro <b>Barro Vermelho</b>
E-mail da Instituição <b>convenios@setades.es.gov.br</b>		Home Page <b>https://setades.es.gov.br/</b>
Telefone 1 <b>(27) 3636-6810</b>	Telefone 2 <b>(27) 3636-6807</b>	Telefone 1 <b>(27) 3636-6810</b>

### 2. DADOS GERAIS DA PROPONENTE

Nome <b>Associação de Apoio e Orientação à Criança e ao Adolescente -AAOCA</b>		CNPJ <b>36.330.033/0001-47</b>
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) <b>Rua São Cristóvão nº 12</b>		
Bairro <b>Vale Encantado</b>	Cidade <b>Vila Velha</b>	Bairro <b>Vale Encantado</b>
E-mail da Instituição: <a href="mailto:Aaoca92@yahoo.com.br">Aaoca92@yahoo.com.br</a>		Home Page <a href="http://www.aaoca.com.br">www.aaoca.com.br</a>
Telefone 1 <b>(27) 3077-5114</b>	Telefone 2 <b>( )</b>	Telefone 1 <b>(27) 3077-5114</b>

### 3. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA PROPONENTE

Nome: <b>Fausto João Soares</b>		CPF: <b>962.184.447-91</b>	
Nº RG <b>693.558</b>	Órgão Expedidor <b>SSP-ES</b>	Nº RG <b>693.558</b>	Função <b>Diretor Presidente</b>
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) <b>Rua Guaraná - 1054</b>			
Bairro: <b>Rio Marinho</b>	Município <b>Vila Velha/ ES</b>	CEP : <b>29.112-400</b>	
Telefone 1 <b>27 98806-7955</b>	Telefone 1	Telefone 1	

### 4. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO

Nome: <b>Karla Pandolfi Tragnago</b>		
Área de Formação: <b>Serviço Social</b>		Área de Atuação: <b>Assistente Social</b>
Bairro <b>Rio Marinho</b>	Bairro <b>Rio Marinho</b>	Bairro <b>Rio Marinho</b>
E-mail do Técnico: <a href="mailto:karlaaoca@gmail.com">karlaaoca@gmail.com</a>		
Telefone do Técnico 1: <b>(27) 99884-7334</b>	Telefone do Técnico 1:	

### 5. DESCRIÇÃO DA REALIDADE



**ASSOCIAÇÃO DE APOIO E ORIENTAÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE  
FUNDADA EM 26 DE JANEIRO DE 1992 - CNPJ 36.330.033/0001-47**

Em 26 de janeiro de 1992, foi fundada a ASSOCIAÇÃO DE APOIO E ORIENTAÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE – AAOCA com 29 anos de atuação é uma instituição filantrópica sem fins lucrativos, registrada nos conselhos municipal, estadual e federal. Foi fundada com iniciativa das Irmãs Dimesse, Filhas de Maria Imaculada, preocupadas com as causas sociais e, principalmente, com o número de crianças e adolescentes abandonados em situação de vulnerabilidade e risco social.

Na área da assistência social realiza atendimentos individuais as crianças, adolescentes e suas famílias, além de executar atividades coletivas, como: oficinas de cidadania, música, teatro, dança, pintura, informática, trabalhos artesanais, esporte e de literatura. Trabalha em parceria com ações de educação, saúde, dentre outras. Realiza encaminhamento para rede de assistência ( CRAS ) de atendimento do território, garantindo os direitos básicos do ECRAD, dentre outras ações.

Na execução das atividades coletivas, ofertamos aos educandos e suas famílias, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), serviço integrante da Proteção Social Básica do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

A AAOCA se destina a promover atendimento social a 120 usuários, em contra turno escolar, de ambos os sexos, sem distinção raça e religião, na faixa etária de 07 a 15 anos, que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social, O público da entidade são pessoas com crianças e adolescentes de demanda espontânea e encaminhadas pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, este localizado no Bairro Alvorada e pelo Conselho Tutelar da Região IV.

Os serviços ofertados por meio dos SCFV possibilitam trabalhar e desenvolver as emoções, a sensibilidade, a sociabilidade, a cidadania, formando seres plenos e pensantes, valorizando e reconhecendo as suas habilidades e potencialidades, tornando-os mais concentrados, motivados, responsáveis e protagonistas, possibilitando a prevenção de situações de risco, a proteção das crianças, adolescentes e famílias e a promoção de uma melhor qualidade de vida.

As crianças e adolescentes são inseridas na instituição conforme orientação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, por meio de demandas espontâneas e encaminhamentos da rede, principalmente da socioassistencial, dentre eles, o CRAS e o CT.

A instituição realiza trabalhos em grupo, através de ações inclusivas que possibilitam o desenvolvimento e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Desenvolve ações que proporcionam a ampliação e garantem as trocas de vivências culturais, fazendo com que as crianças e adolescentes se sintam incluídos na família e comunidade, motivados a desenvolverem suas habilidades e potencialidades.

As ações ofertadas pelo SCFV englobam a acolhida do usuário e família, atendimento psicossocial, inserção em oficinas (música, inclusão digital, artesanato, balé, cultura e esporte) e demais projetos ofertados pela instituição. Caso seja identificada pela equipe do SCFV a necessidade de encaminhamentos para a rede, a equipe o concretiza.

A família das crianças e adolescentes participam periodicamente de reuniões, palestras, oficinas de empoderamento e de erradicação do trabalho infantil. Assim, a entidade trabalha os socioeducandos e seus familiares, promovendo o fortalecimento de seus vínculos afetivos e de respeito mútuo.

As ações e serviços desenvolvidos pela AAOCA têm como um dos seus objetivos, o enfrentamento das adversidades inferidas pela sociedade e também pelo meio. Na execução das atividades procura-se estimular a participação, sensibilizando cada usuário acerca dos seus direitos e garantias, assim como, seus deveres enquanto autor da sua própria história de vida. Sendo assim, para o surgimento de cidadãos conscientes e esclarecidos, tendo como base a dimensão social, econômica, educacional e existencial da cidadania, a AAOCA, procura ser um espaço de socialização e coletividade, onde as ações não se restringem a educação formal, oferecendo espaços de debate, reflexão e articulação para a captação de conhecimento.

## **6. SÍNTESE DA PROPOSTA**



### **6.1. Objeto**

Cooperação técnica e financeira para continuidade do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes, de 07 a 15 anos, em situação de risco e vulnerabilidade social, por meio da realização de despesas de custeio, visando complementar o trabalho desenvolvido pela instituição.

### **6.2. Objetivo geral**

Complementar o trabalho desenvolvido pela instituição no Serviço da Proteção Social Básica - Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 06 (seis) a 15 (quinze) anos.

### **6.3. Objetivos específicos**

- Garantir o acesso aos direitos fundamentais preconizados no ECRID,;
- Possibilitar um conforto e segurança as crianças e adolescentes aqui acolhidos.
- Contribuir para a inserção, reinserção e permanência destes educandos na sociedade
- Possibilitar e estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã.
- Garantir o funcionamento da instituição, possibilitando novas intervenções na equipe.
- Oferecer a possibilidade de aprendizado com manipulação de massas( biscoito, pão, macarrão entre outros).
- Garantir a execução das oficinas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos fomentado no protagonismo da criança e do adolescente;
- Incorporar alimentação saudável e adequada por meio de refeições diárias;

### **6.4. Público beneficiário da proposta**

Esta proposta tem como público beneficiário 60 crianças, adolescentes e jovens de 7 aos 15 anos, em situação de vulnerabilidade social e risco pessoal, atendidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos pertencente à esta comunidade.

### **6.5. Justificativa**



**ASSOCIAÇÃO DE APOIO E ORIENTAÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**  
**FUNDADA EM 26 DE JANEIRO DE 1992 - CNPJ 36.330.033/0001-47**

Considerando que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, organiza a política da assistência em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida sendo que o SCFV para crianças e adolescentes de 7 a 15 anos tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do empoderamento e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária.

Consideramos que esta Instituição é de extrema importância no desenvolvimento de ações na área da Assistência Social em SFVC principalmente onde esta localizada e por ser a única, oferece atendimento a 120 crianças e adolescentes e suas famílias, como forma de auxiliá-las na reorganização de sua vida familiar e social, de modo saudável e inclusiva.

Sendo a AAOCA uma instituição sem fins lucrativos, que há 29 anos vem prestando relevantes serviços a crianças e aos adolescentes, nas áreas de assistência social e educação, recebeu neste ano de 2017, do Governo do Estado do Espírito Santo, o prêmio DOM LUÍS GONZAGA FERNANDES, como reconhecimento pelo trabalho realizado.

Buscamos sempre novas formas de atender à crescente demanda e de promover a manutenção do trabalho, hoje desenvolvido com visão no empoderamento familiar e a erradicação do trabalho infantil.

Assim sendo, faz-se necessário, as intervenções pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social o desenvolvimento de projetos que atendam as demandas de acolhimento trazidas pelas famílias, colocando em discussão suas dificuldades, suas expectativas e suas necessidades, mas, reforçando o lugar de protagonistas e de cidadãos que cada um deve ocupar.

Atualmente a instituição tem convênio com a Prefeitura Municipal de Vila Velha/Secretaria Municipal de Assistência Social - PMVV/SEMAS que contempla parte de recursos humanos, compra de material esportivo e despesas gerais (água, luz, telefone, internet e gás) para funcionamento do projeto e atendimento ao público. Em decorrência da pandemia COVID19 estão acontecendo somente às atividades possíveis de serem realizadas de forma online com acompanhamento da equipe pedagógica (pedagogo e educadores sociais) encaminhando atividades para serem executadas em suas residências com supervisão da família.

Aqui, como no mundo inteiro, tivemos que nos reinventar. O laboratório de informática está à disposição dos educandos e educadores para manter o contato com os estudos e com o mundo através da rede virtual de computadores. Estamos trabalhando, de forma presencial, com atendimento psicológico, pedagógico e social mesmo em tempo de pandemia, obedecendo todos os critérios de segurança e decretos governamentais para evitar a contaminação proliferação da doença, com a clara convicção da sua gravidade, a qual já levou a óbito mais de 200 mil vidas no Brasil, destas, mais de 6 mil são do Estado do Espírito Santo.

Nesta perspectiva, nos tornamos um importante instrumento de transformação, ofertando um ambiente agradável e acolhedor aos nossos educandos e usuários, com alimentação de excelência qualidade, equipamentos com boa conservação e resolução, segurança dentro da instituição, bem estar, tornando assim, o aprendizado uma ação participativa, estimulando a capacidade de criação para interagir de maneira saudável/aceitável nos diversos espaços sociais que freqüentam ou venham a freqüentar.

O SCFV é uma possibilidade dentro da Política Nacional de Assistência Social de ofertar as crianças e adolescentes espaços onde elas podem dividir suas angústias, trocar experiências e descobrir novas possibilidades de vida em família e comunidade. Com os grupos do SCFV trabalhamos a integração, socialização e o desenvolvimento das crianças e adolescentes, com o objetivo de inclui-los socialmente e torna-los protagonistas de suas vidas.

Considerando que

Diante do exposto, propomos a formalizar este convênio, com a **Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social** o objetivo de dar continuidade ao atendimento às crianças e adolescentes e suas famílias, visando proporcionar a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social desta clientela, através da oferta dos serviços, programas e projetos e socioassistenciais, e demais áreas, desenvolvidos pela AAOCA.

**6.6. Equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta**

<b>Nome</b>	<b>Formação</b>	<b>Função</b>	<b>Carga horária MENSAL</b>
Michel Lopes Guio	Estudante universitário do curso de educação física	Educador Social	96 horas



**ASSOCIAÇÃO DE APOIO E ORIENTAÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**  
**FUNDADA EM 26 DE JANEIRO DE 1992 - CNPJ 36.330.033/0001-47**

**6.7. Metodologia para avaliação do grau de satisfação do usuário**

Realizada através de reuniões de pais e responsáveis, questionários SUACENSO, relatos pessoais durante atendimento e avaliações social, pedagógica e psicológica, Grupo de Whatsapp, Facebook e Instagram.

**6.8. Sustentabilidade da proposta**

A AAOCA é um espaço de socialização e coletividade e que há 29 anos oferece os serviços a crianças e adolescentes, onde as ações não se restringem à educação formal, pois, entende-se que esta “*É dever da família, da sociedade e do Estado ...*” (CF/88)<sup>1</sup> e deve ser uma Política Pública oferecida pelo Poder Público a todas as crianças e adolescentes. Nesse sentido, a AAOCA oferece espaços de debate, reflexão e articulação para ampliar as dimensões do conhecimento e novas perspectivas de vida para o público infanto-juvenil cuja realidade socioeconômica não lhes proporcionam horizontes para romper o círculo vicioso da pobreza em seus vários aspectos. Sendo assim, a AAOCA é um lugar<sup>2</sup> “*onde para contribuir com a formação de cidadãos, a definição de “cidadania” não possui apenas o seu conteúdo civil e político*” para o surgimento de cidadãos conscientes e esclarecidos, pois, tem como base a dimensão social, econômica, educacional e existencial da cidadania

A AAOCA é uma instituição de autogestão e de auto sustentação econômica sem fins lucrativos, através de execução de projetos, eventos, da colaboração mensal de seus associados, de doações espontâneas, heranças, legados, consultorias, assessorias, por celebração de termo de fomento, colaboração, cooperação e de parceria com seus colaboradores públicos e privados, físicos e jurídicos, incluindo as publicações, projetos e serviços, de recursos humanos, financeiros e de equipamentos.

A instituição tem condições em ofertar com qualidade o espaço para ser desenvolvidas as atividades do SCFV e de ofertar os recursos humanos necessários a essas atividades, como inclusive, os educadores sociais. Hoje o que onerar a instituição é manter o emprego dos profissionais envolvidos no projeto, visto que nossos recursos diminuíram por fatores da pandemia.

“Onde para contribuir com a formação de cidadãos, a definição de “cidadania” não possui apenas o seu conteúdo civil e político.  
Gentili<sup>1</sup> (2006)”

**6.9. Período de execução do objeto**

<b>Início: Setembro 2021</b>	<b>Término: Agosto 2022</b>
------------------------------	-----------------------------

**7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

<b>Meta 1:</b> Pagamento de recursos humanos conforme pactuados no plano de trabalho	<b>Valor (R\$): 30.703,32</b>	
<b>Indicador(es):</b> ) : recibos e folhas de pagamentos dos profissionais envolvidos.		
<b>Metodologia de execução:</b> oferta de mão de obra qualificada. <ul style="list-style-type: none"><li>● Acolhida dos usuários e família.</li><li>● Planejamento e organização das atividades e ações.</li><li>● Oferta diária do serviço.</li><li>● Direcionamento dos usuários para os atendimentos, ações e atividades.</li><li>● Monitoramento e avaliação do serviço prestado.</li><li>● Elaboração de Relatório de Execução das Atividades, constando Registro Fotográfico das atividades, com a finalidade de apresentação durante o monitoramento e prestação de contas final junto à SETADES.</li></ul>		
<b>Etapas/atividades</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Período de Execução</b>





**ASSOCIAÇÃO DE APOIO E ORIENTAÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**  
**FUNDADA EM 26 DE JANEIRO DE 1992 - CNPJ 36.330.033/0001-47**

		Início	Término
1.1. Pagamento de recursos humanos e encargos sociais no total de 12 parcelas com 13 salários	30.703,32	Nov/2021	Out/2022

<b>Meta 2:</b> Atender nos grupos de 60 crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social e ofertar refeições, almoço com café da manhã e tarde	<b>Valor (R\$): 4.278,05</b>		
<b>Indicador(es):</b> nº de refeições servidas e grau de satisfação dos educandos.			
<b>Metodologia de execução:</b> Preparo de alimentos saudáveis e oferta diária de alimentação para 60 crianças e adolescentes de 07 a 15 anos de idade, que freqüentam a instituição.			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
1.1. . Desenvolvimento do SCFV	4.278,05	Nov/2021	Out/2022

### 8. PLANO DE APLICAÇÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	CONCEDENTE	PROPONENTE
3.3.50.43	Material de consumo	4.278,05	
	Serviços de terceiros – pessoa física		
	Serviços de terceiros – pessoa jurídica		
	Equipe encarregada pela execução	30.703,32	
4.4.50.42	Equipamentos e materiais permanentes		
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 34.981,37</b>	

#### 8.1 Detalhamento das despesas

##### 8.1.1. Materiais Permanentes e Equipamentos (4.4.50.42)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Não se aplica				

##### 8.1.2 Material de Consumo (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Carne vermelha acém pedaço	Kg	119	35,95	4.278,05

##### 8.1.3 Serviços de terceiros – pessoa jurídica (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Não se aplica				

##### 8.1.4 Equipe encarregada pela execução (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Educador Social 96 h/mês	Mês	12	2.124,78	25.497,36
Despesas de encargos sociais	Mês	12	433,83	5.205,96
<b>Subtotal</b>				<b>30.703,32</b>

##### 8.1.5 Equipamentos e materiais permanentes (4.4.50.42)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Não se aplica				



Subtotal	
----------	--

TOTAL GERAL (8.1.1 + 8.1.2 + 8.1.3 + 8.1.4 + 8.1.5)	R\$ 34.981,37
---	---------------

### 9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

REPASSE(S) DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
Setembro/21	Outubro/21	Novembro/21	Dezembro/21	Janeiro/22	Fevereiro/22
-	-	34.981,37	-	-	-
Março/22	Abril/22	Maió/22	Junho/22	Julho/22	Agosto/22
-	-	-	-	-	-

APORTE(S) DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL					
Setembro/21	Outubro/21	Novembro/21	Dezembro/21	Janeiro/22	Fevereiro/22
-	-	-	-	-	-
Março/22	Abril/22	Maió/22	Junho/22	Julho/22	Agosto/22
-	-	-	-	-	-

### 10. DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Na qualidade de representante legal da **Associação de Apoio e Orientação à Criança e ao Adolescente - AAOCA**, declaro, para fins de prova junto a **Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social - SETADES**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que:

- A OSC garante a gratuidade e a universalidade em todos os seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme artigo 6º, III, da Resolução nº14, de 15 de maio de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social;
- A OSC não se enquadra em nenhuma das condições de impedimento dispostas no artigo 39 da Lei nº 13.019/2014;
- Se o termo de fomento tiver como um de seus objetos a compra de veículo, a OSC será responsável pelo custeio de seguro do respectivo bem;
- Todos os preços propostos para aquisição de bens e/ou serviços apresentados por essa OSC foram apurados por meio de orçamentos atualizados, junto a fornecedores regulares e estão compatíveis com os preços médios praticados no mercado regional;
- Quando for proposta contrapartida, a OSC garante que os respectivos recursos, bens ou serviços indispensáveis a esta contrapartida estarão devidamente assegurados.

Nos termos em que pede e espera deferimento.

Vila Velha, 04 de Outubro de 2021.

Fausto João Soares  
Presidente Biênio 2021/22

### 11. APROVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

APROVA-SE O PLANO DE TRABALHO, O QUAL DEVE SER ANEXADO AO TERMO DE FOMENTO ASSINADO.

Vila Velha (ES) \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

Assinatura do Representante Legal/Carimbo

## ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**CYNTIA FIGUEIRA GRILLO**  
SECRETARIO DE ESTADO  
SETADES - SETADES - GOVES  
assinado em 03/11/2021 15:25:06 -03:00

**FAUSTO JOÃO SOARES**  
CIDADÃO  
assinado em 03/11/2021 14:14:55 -03:00



### INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 03/11/2021 15:25:07 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por FERNANDA DE SOUZA DOMINGOS (COORDENADOR QCE-05 - GGCONV - SETADES - GOVES)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-6Z3F49>

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA PARA O CARGO DE INSPETOR PENITENCIÁRIO - EDITAL Nº 001/2021**

**O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA PARA ASSUNTOS DO SISTEMA PENAL**, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 01, Inciso II, da Portaria de Nº 145-S, de 2019, referente a Delegação de Competências publicada em 14/02/2019, e considerando o Edital nº001/2021 - Inspetor Penitenciário em Designação Temporária, bem como o disposto na Lei Complementar nº. 809, de 25 de setembro de 2015, **COMUNICA** que estão disponíveis nos sites [www.sejus.es.gov.br](http://www.sejus.es.gov.br) e [www.selecao.es.gov.br](http://www.selecao.es.gov.br), notas de convocação.

Vitória/ES, 03 de novembro de 2021

**ALESSANDRO FERREIRA DE SOUZA**  
Subsecretário para Assuntos Penais

**Protocolo 742038**

**PORTARIA N.º 987-S, de 03 de novembro de 2021**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, bem como, no disposto na *Lei Complementar nº. 809, de 25 de setembro de 2015*, resolve:

**CONVOCAR**, o Sr.º Adriano Santos, a se apresentar para retorno a suas funções laborais, em cumprimento a decisão, oriunda do **MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0024376-22.2021.8.08.0000**.

**MARCELLO PAIVA DE MELLO**  
**SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA**  
**Protocolo 742053**

**RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 056/2020**

**CONTRATANTE:** O Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Justiça.

**PROCESSO:** 2020-W4239

**CONTRATADA:** CR OBRAS DA CONSTRUÇÃO LTDA

**OBJETO:** 1 - Prorrogar a vigência do Contrato nº 056/2020, pelo prazo de 150 dias, conforme autorização prevista na sua Cláusula Oitava, com fundamentação no Art. 57, §1º, da Lei 8.666/93, a contar de 04/11/2021 com término em 02/04/2022.

**RATIFICAÇÃO:** Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

**SILVANO JOSÉ DE SOUZA MAGNO FILHO**  
Subsecretário de Estado de Planejamento e Controle  
**Protocolo 741957**

**Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social - SETADES -**

**Resumo do Termo de Fomento SETADES/042/2021**

**Processo nº.:** 2021-W7BZ1

**Registro SIGEFES:** 210272

**Administração Pública:** Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

**Organização da Sociedade Civil:** AAOCA - Associação

de Apoio e Orientação a Criança e ao Adolescente  
**Objeto:** Cooperação Técnica e Financeira para continuidade do Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes, de 07 a 15 anos, em situação de risco e vulnerabilidade social, por meio da realização de despesas de custeio, visando complementar o trabalho desenvolvido pela instituição.

**Valor:** R\$ 34.981,37 (trinta e quatro mil novecentos e oitenta e um reais e trinta e sete centavos), de repasse da Administração Pública, proveniente das Emendas Parlamentares nºs. 083 e 711, LOA 2021.

**Vigência:** a partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 31/10/2022.

**Dotação Orçamentária:** 47.901.08.244.0191.2239

**Elemento de Despesa:** 3.3.50.43 **Fonte:** 101

**Gestor Titular:** Servidora Juliana Zannella Gorian - matrícula nº 3294641.

**Gestor Suplente:** Servidora Carliza Pereira Pinto - matrícula nº 3371387.

Vitória, 03 de novembro de 2021.

**Cyntia Figueira Grillo**

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

**Protocolo 742041**

**Resumo do Termo de Fomento SETADES/046/2021**

**Processo nº.:** 2021-JF8V8

**Registro SIGEFES:** 210265

**Administração Pública:** Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

**Organização da Sociedade Civil:** APAE Santa Maria de Jetibá.

**Objeto:** Cooperação técnica e financeira para manutenção das ações e atividades do Centro de Assistência Social (CAS) por meio de execução de despesas de custeio possíveis, por meio de aquisição de materiais e pagamento de honorários contábeis e execução de despesas de investimento, através da adequação do espaço de salas de atendimento da oficina de artesanato e equipe psicossocial, visando o fortalecimento da política de assistência social e à melhoria contínua da qualidade de atendimentos e serviços prestados aos 145 (cento e quarenta e cinco) usuários com deficiência intelectual e múltipla referenciados na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do município de Santa Maria de Jetibá.

**Valor:** R\$59.999,43 (cinquenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e quarenta e três centavos), de repasse da Administração Pública, proveniente das Emendas Parlamentares nºs. 003 e 261, da LOA 2021, e R\$49.928,29 (quarenta e nove mil novecentos e vinte e oito reais e vinte e nove centavos) de recursos próprios da OSC.

**Vigência:** a partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 31/10/2022.

**Dotação Orçamentária:** 47.901.08.244.0191.2239

**Elemento de Despesa:** 3.3.50.43 - R\$29.999,43 (vinte e nove mil novecentos e noventa e nove reais e quarenta e três centavos) e 4.4.50.42 - R\$30.000,00 (trinta mil reais) **Fonte:** 101

**Gestor Titular:** Servidora Simone Pereira de Assis Wasem - matrícula nº 371273.

**Gestor Suplente:** Servidora Aline Suelen Damasio Pereira - matrícula nº 3737080.

Vitória, 03 de novembro de 2021.

**Cyntia Figueira Grillo**

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

**Protocolo 742050**



#### INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 04/11/2021 10:02:00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por FERNANDA DE SOUZA DOMINGOS (COORDENADOR QCE-05 - GGCONV - SETADES - GOVES)  
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-0SC8MZ>